



Sara Suave Klein

**DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE
AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta (RS), maio de 2024



Sara Suave Klein

**DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE
AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. André Schoffel

Cruz Alta (RS), maio de 2024

Universidade de Cruz Alta - Unicruz
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE
AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Elaborado por

Sara Suave Klein

Como requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Desenvolvimento Rural,

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. André Schoffel
Universidade de Cruz Alta

Prof. Dra. Ana Paula Alf Lima Ferreira
Universidade de Cruz Alta

Dra. Candida Elisa Manfio
EPAGRI-SC

Cruz Alta (RS), maio de 2024.

RESUMO

A agricultura familiar no Brasil tem sido fortalecida através do estímulo à produção sustentável, ao processamento de alimentos e à industrialização, visando gerar renda e promover o desenvolvimento rural. Um exemplo desse modelo é a criação de Agroindústrias Familiares, que permitem aos pequenos agricultores beneficiar e transformar seus produtos, agregando valor e criando oportunidades de trabalho no meio rural. Este processo exige comprometimento, interesse em inovação e modernização de técnicas de trabalho. Diante disso, este estudo tem como objetivo apresentar o contexto da diversificação na agricultura familiar, focando no caso do município de Quinze de Novembro, na região noroeste do Rio Grande do Sul. Este município se destaca por um projeto de incentivo à formalização de agroindústrias e por uma rota turística baseada nos produtos locais. Para isto através de análise de conteúdo e entrevistas com o setor responsável pelas agroindústrias, esse trabalho visa descrever de que forma esse projeto ocorre e sua contribuição no desenvolvimento rural do município.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento Rural. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Family farming in Brazil has been strengthened through the promotion of sustainable production, food processing, and industrialization, aiming to generate income and promote rural development. An example of this model is the creation of Family Agroindustries, which allow small farmers to process and transform their products, adding value and creating job opportunities in rural areas. This process requires commitment, interest in innovation, and the modernization of work techniques. In this context, the objective of this study is to present the context of diversification in family farming, focusing on the case of the municipality of Quinze de Novembro, in the northwest region of Rio Grande do Sul. This municipality stands out for a project that encourages the formalization of agroindustries and for a tourist route based on local products. To achieve this, through content analysis and interviews with the sector responsible for agroindustries, this study aims to describe how this project works and its contribution to the rural development of the municipality.

Keywords: Family farming. Rural development. Sustainability.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
1 INTRODUÇÃO GERAL	6
1.1 HIPÓTESE.....	8
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.3.2 Objetivos específicos	8
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1 Diversificação Rural	8
2.2 Agricultura Familiar E A Agroindustrialização No Brasil	10
3 MÉTODO	122
3.1 Caracterização da pesquisa, método e instrumentos	122
3.2 Análise Dos Dados Obtidos.....	144
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5 REFERÊNCIAS.....	21

DIVERSIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Autora: Sara Suave Klein

Orientador: Prof. Dr. André Schoffel

1 INTRODUÇÃO GERAL

Pequenas propriedades rurais fornecem cerca de 35% dos alimentos do mundo segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - (FAO), publicados em 2021. Neste contexto, o Brasil está inserido como uma das mais importantes potências agrícolas globais. Entretanto, embora esses dados nos remetam à produção de *commodities*, é fundamental estabelecer que conforme o censo agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros são classificados como agricultura familiar, o que representa 23% da área total.

No Brasil, de acordo com a Embrapa (2024) o fortalecimento da agricultura familiar se apresenta com o incentivo à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização, à geração de renda e ao incentivo para o consumo e valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar com o apoio, muitas vezes, de diferentes programas e ações destinados ao aumento da renda dos produtores com intuito de promover o desenvolvimento rural. Um dos exemplos desse modelo de incentivo apresentado pela Embrapa como política pública vigente são as Agroindústrias Familiares, que incluem os pequenos agricultores no processo de beneficiamento e transformação de seus produtos, de modo a agregar renda e oportunidades de trabalho no meio rural. O processo também requer comprometimento e interesse em inovação e na transformação por meio da modernização de técnicas e do aprimoramento do trabalho.

A agricultura familiar tem, como principal característica, a gestão compartilhada pela própria família, além da geração de renda por meio da produção de alimentos no setor agropecuário; não obstante, a produção familiar contribui com a redução do êxodo rural, conforme apresentado pela Embrapa, 2024. A agricultura no contexto familiar tem sido reconhecida mundialmente por sua representatividade na oferta de alimentos de qualidade, que

asseguram estratégias de segurança alimentar no mercado interno e entrega produtos com valor agregado ao consumidor final. Além da produção de alimentos, gera emprego e renda a partir de sistemas agrícolas diversificados, aliando a produção de diferentes culturas para autoconsumo e subsistência. A agricultura familiar endossa os esforços mundiais para o desenvolvimento rural sustentável, contribuindo com a preservação da agrobiodiversidade e dos ecossistemas (EMBRAPA, 2024).

De acordo com a FAO (2021), o desempenho e a representatividade das propriedades familiares na preservação da biodiversidade e na segurança alimentar e nutricional são reconhecidos no mundo como estratégia para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas). Aquecimento global, alterações climáticas, crise alimentar e transformação tecnológica fazem parte da onda de mudanças que afetam a vida nas sociedades rurais. Este cenário apresenta desafios e oportunidades para a agricultura familiar, que poderá produzir e competir com o mercado se houverem políticas e incentivos que favoreçam o seu desenvolvimento econômico, social e até cultural.

Conforme Medeiros (2018) apresenta no relatório de contribuições da Embrapa, em relação a disposição do Brasil ao cumprir os objetivos da agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o país destaca-se na busca por alternativas e soluções, apresentando inúmeras possibilidades para que agricultores agreguem renda ao repensar modelos produtivos, seja com utilização consciente dos recursos naturais, ou com uma perspectiva de negócios economicamente viáveis e socialmente justos.

Há um grande desafio em incluir os pequenos produtores nesta nova economia, não apenas com infraestrutura e tecnologia, mas também promovendo a diversificação das atividades agrícolas. Isso requer a inserção de uma cultura empreendedora que permita o desenvolvimento de habilidades e competências ao profissional do agronegócio nas propriedades familiares. Conforme Schneider (2010), a diversificação ocorre para promover estratégias de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, como via de adaptação ou escolha e busca construir alternativas econômicas, técnicas e sociais, por meio de iniciativas e investimentos.

Nesse sentido, conhecendo a importância das agroindústrias familiares no processo de desenvolvimento rural e seu papel social e econômico, essa pesquisa visa descrever o modelo do município de Quinze de Novembro, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que possui um projeto de incentivo à formalização de agroindústrias e se destaque na região por possuir uma rota turística e pelos seus produtos de produção local.

1.1 Hipótese

Entende-se que a decisão de diversificar dentro da propriedade rural acontece pela necessidade de agregar renda para que o agricultor não fique dependente de uma única cultura ou atividade. A diversificação ocorre para trazer maior segurança financeira, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da propriedade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar o contexto da diversificação na agricultura familiar, focando no caso do município de Quinze de Novembro, na região noroeste do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender os principais entraves ligados à introdução no processo de agroindustrialização a partir da percepção de atores envolvidos;
- Concluir sobre os principais benefícios de diversificar as propriedades por meio da agroindustrialização.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Visando embasar a pesquisa, com a finalidade de responder ao problema apontado, o referencial teórico versará sobre a Diversificação Rural e o contexto da Agricultura Familiar e agroindustrialização no Brasil.

2.1 Diversificação Rural

A diversificação rural pode ser considerada uma importante estratégia para ampliar as atividades nas propriedades com vistas à inclusão de novos empreendimentos. Contribui de diversas formas, mas com destaque aos benefícios econômicos, ambientais e sociais (PLOEG, 2002). A diversificação gera competitividade, agrega riqueza e promove o desenvolvimento das propriedades ao garantir a biodiversidade, reduzir riscos climáticos e mercadológicos,

minimizar a incidência de pragas e doenças, melhorar a renda e qualidade de vida, otimizar a mão de obra, e estimular o desenvolvimento de novas habilidades (BRAGA; SILVEIRA, 2021).

No Brasil, um movimento no período entre 1960 e 1980, onde as fontes de renda e alocação do trabalho no meio rural começam a ocorrer de forma variada, dá início à caracterização de atividades consideradas agrícolas e não agrícolas. Historicamente, o termo *part time farming* demonstrou que, por determinado período, muitos agricultores necessitaram agregar renda com atividades não agrícolas em que, inclusive, na era da industrialização, muitos foram até as fábricas em busca de melhoria econômica; não somente em razão disso, também buscavam a interação social e as oportunidades externas que nem sempre eram encontradas na agricultura. Essa busca é apresentada como pluriatividade (NAVARRO, 2001, KAGEYAMA, 2004; SCHNEIDER, 2009).

Assim como no meio industrial o campo apresentou oportunidades de geração de renda que foram acompanhadas pela modernização agrícola com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. Porém, essa repercussão afetou apenas uma fatia da estrutura social do meio rural que privilegiou o produtivismo e consequentemente os grandes produtores. Fato que se comprova quando se analisa a formação de grandes centros urbanos a partir de 1960 (Figura 1), onde os pequenos produtores buscam oportunidade em centros industriais, sendo que a área utilizada para agricultura e a produtividade obtiveram crescimentos contínuos (NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2010).

A Figura 1 apresenta os impactos desse período na estrutura social do meio rural.



Fonte: Schneider (2010).

Nesse sentido, é evidente que a transformação estrutural que a modernização agrícola produziu no meio rural brasileiro asseverou e aprofundou as desigualdades sociais e econômicas existentes e os pequenos produtores foram deixados à margem dos processos de mudança. Schneider destaca que apenas ao final da ditadura militar, entre 1984 e a entrada em vigor da nova Constituição de 1988, surgem movimentos sociais em que esse grupo da base social brasileira esquecida passa a ser ouvido, fato que ocorre após a formação do sindicalismo rural e as organizações ligadas à Igreja católica (pastoral da terra) e não governamentais (ONGs) que passam a ser agentes da pressão política nas reivindicações por reforma agrária e apoio à agricultura familiar.

2.2 Agricultura Familiar e a agroindustrialização no Brasil

No Brasil, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead), antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é a responsável, no governo federal, pela proposição e implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como o fortalecimento do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. Suas ações estão norteadas no combate à pobreza rural, a segurança e soberania alimentar, a sustentabilidade dos sistemas de produção e a geração e agregação de valor (SILVA, 2012).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização, fortalecendo as cadeias produtivas regionais, ofertando tecnologias para gestão destes empreendimentos e agregando valor através do processamento dos seus produtos, levando ao conhecimento do consumidor as especificações e qualidades do produto da agroindústria familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi lançado em 1996 com o objetivo de atender a população rural até então esquecida no âmbito de políticas públicas, reconhecendo sua importância como grande produtora de alimentos para a população. Inicia-se um novo ciclo de atuação dos governos que seguiram e que lançaram vários outros programas e políticas, de abrangência nacional, com o objetivo de reduzir a pobreza, a desigualdade social e econômica e a insegurança alimentar (PASSINI, 2020; SILVA, 2012).

O Pronaf foi criado inicialmente como uma linha de crédito rural. De acordo com o Governo Federal, atualmente envolve um conjunto de ações destinadas a aumentar a capacidade produtiva, geração de emprego e elevação da renda dos agricultores familiares, com o intuito de promover o desenvolvimento no meio rural. Além de financiar o custeio da produção, o

Pronaf é de grande importância para a modernização dos empreendimentos familiares, com consequências sobre o aumento da produção e produtividade (SILVA,2012).

Considerando o fenômeno de diversificação, uma das tipologias no histórico de pluriatividade no setor agrícola se refere a uma forma de atividade para-agrícola, quando parte da produção de subsistência passa a ser destinada à venda, e surgem as chamadas agroindústrias familiares rurais (BRAGA; SILVEIRA, 2021). Dentro das linhas do Pronaf, o Pronaf Agroindústria, que surgiu em 1998, teve papel fundamental para trazer oportunidade de legalizar e estabelecer diretrizes de negócios que já ocorriam dentro das propriedades com grande representatividade no PIB brasileiro, mas não estavam formalizadas. O Pronaf Agroindústria permanece ativo e se desenvolveu permitindo aliar a estratégia de crédito a outras estratégias, como capacitação, desenvolvimento e adaptação tecnológica, acesso a mercado e acesso à legislação (SILVA, 2012).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) considera as agroindústrias familiares como uma das modalidades de agroindústria rural, que se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor.

A inserção de políticas públicas de fortalecimento e apoio a agroindústrias familiares são um resgate cultural alimentar pois promovem o desenvolvimento econômico e social no nível regional com processos que ocorriam como parte da tradição das famílias, e passam a gerar valor e agregar renda aproximando consumidores e agricultores com produtos que são considerados por sua qualidade e apego a natureza e as memórias afetivas (PASSINI, 2020). Alguns estados brasileiros criaram programas de iniciativa própria, sem orientação nacional, buscando incentivar a instalação ou melhoria de agroindústrias familiares. Destaca-se o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf) do governo estadual do Rio Grande do Sul criado pelo Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho de 2012 (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO, 2024).

O Estado desenvolveu uma série de medidas para facilitar a implantação e a legalização de agroindústrias familiares. O PEAf oportuniza linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos através do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais); amplia a participação dos agricultores familiares aos mercados institucionais, tais como PAA e PNAE; oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental; presta suporte técnico para elaboração de rótulos em

conformidade com a legislação sanitária vigente, entre outros; disponibiliza espaços de comercialização mediante apoio à estruturação de feiras com expressão regional e estadual voltadas ao público legalizado junto ao PEA. Além disso, o PEA estimula a organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO, 2024).

Segundo a Secretaria de Agricultura do estado são disponibilizados também cursos de qualificação nas áreas de gestão, boas práticas de fabricação e processamento dos alimentos através de parceria com o órgão de assistência técnica oficial do Estado e assistência técnica continuada para elaboração de projetos de regularização sanitária e ambiental. Além disso, a Secretaria da Agricultura informa que estabelece as diretrizes para os Serviços de Inspeção Municipal (SIM) orientando-os quanto à sua estruturação, organização e regulamentação, à distância e in loco, com vistas à adesão dos municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF) e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA), pertencente ao Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária (SUASA).

No Rio Grande do Sul, dados do Censo Agropecuário de 2017, apontam que 80,5% dos estabelecimentos foram considerados como de agricultura familiar, detendo 25,3% de toda a área cultivada no estado, o que fundamenta a importância econômica, social e cultural do desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

3 MÉTODO

3.1 Caracterização da pesquisa, método e instrumentos

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à sua natureza, como aplicada, por visar a geração de conhecimentos para a aplicação prática, envolvendo interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013). Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Descritiva, como o próprio nome diz, pois descreve a realidade de um cenário, interpretando e relatando seus procedimentos operacionais e apresentando as características de um fato. A pesquisa descritiva busca descrever as características dos processos, relacionar variáveis e associar práticas (GIL, 2002). O cunho exploratório caracteriza-se, pois, têm o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

No que se refere aos procedimentos técnicos, têm-se uma pesquisa de campo, a qual é compreendida como aquela que busca por informações e/ou conhecimentos sobre problemas

específicos, observação de fatos e coleta de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013). A abordagem da pesquisa é classificada como qualitativa, pois visa compreender questões particulares no contexto da aplicação, as quais não podem ser quantificadas. A pesquisa qualitativa, compreende um universo de crenças e valores, não limitadas a cálculos (MINAYO, 2001). Segundo Cooper e Schindler (2016), utiliza técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar e aprender o significado de certos fenômenos na sociedade. Considera a análise de experiências e práticas, examinando interações e comunicações e ainda pela investigação de documentos ou traços semelhantes de experiências (GIBBS, 2008).

O método utilizado para amostragem será o *snowball* (bola de neve), técnica utilizada em pesquisas qualitativas nos últimos anos, especialmente por permitir amostras não probabilísticas (VINUTO, 2014). Para realização da amostragem, é necessário um intermediário inicial, denominado como semente, o qual localiza e aponta algumas pessoas com o perfil para a pesquisa. Os participantes indicados são solicitados à indicação de novos participantes e, assim, se dá o seguimento até o ponto de saturação da pesquisa, considerado como aquele momento em que os objetivos já foram alcançados ou que novos participantes não tragam novas e relevantes informações ao estudo (BOCKORNI; GOMES, 2021).

O recorte para este estudo foi o Município de Quinze de Novembro, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No município, conforme o censo agropecuário de 2017, há aproximadamente 4 mil habitantes, e 379 estabelecimentos agropecuários (unidades) com agricultura familiar cadastrada. Tem grande representatividade econômica na região, não somente pelo seu meio rural, mas pelo potencial e desenvolvimento do turismo, que alavancou nos últimos anos e vem se tornando referência em todo estado (ROTA DAS TERRAS ENCANTADAS, 2020). A escolha desse município se deve ao fato de ele possuir um projeto municipal de fomento a formalização de agroindústrias para aquelas famílias que desejam diversificar sua propriedade. Segundo o autor do projeto, a ideia surgiu em 2014 e com apoio da Emater RS, e desde então já possuem cinco agroindústrias formalizadas, com produção e venda de leite, queijos, mel, ovos, e fabricação de panificados.

Como intermediário inicial, foi entrevistada a responsável pelo acompanhamento e estudo de viabilidade junto as famílias interessadas na regularização de agroindústrias, técnica da Emater do município em questão, que durante a entrevista classificou o departamento de Agricultura do Município como importante participante deste processo. Dentro desta abordagem, após entrevista com a primeira participante foi buscado a participação da prefeitura municipal, como órgão desenvolvedor e de fomento ao sucesso das agroindústrias do

município, neste caso foi entrevistado o responsável pela implementação do projeto que visa apoio e incentivo financeiro para famílias que formalizam agroindústrias no município.

Além disso, a indicação se deve ao município ser responsável pela inspeção dos empreendimentos, através de responsável técnico do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que efetua a fiscalização das agroindústrias para garantia dos processos conforme a legislação. Ainda no sentido de garantir a correta conduta de legislação, cada agroindústria possui um responsável técnico que atua próximo à propriedade visando a melhoria contínua dos processos de fabricação e controle de sanidade garantindo a segurança alimentar.

O instrumento de pesquisa foi um roteiro com questionamentos base sobre como ocorre o processo de formalização, qual os maiores desafios enfrentados pelas famílias, e qual as percepções da agroindustrialização como fomento ao desenvolvimento rural do município, entretanto, o diálogo com os participantes foi aberto, possibilitando a ampliação das informações captadas. A entrevista contou com a participação de 5 pessoas entre elas, responsáveis pela inspeção municipal, secretaria de agricultura e Emater do município e representante do grupo de agricultores das agroindústrias. Ocorreu no período entre março e junho de 2024 e captadas através de gravações para posterior análise pela autora deste trabalho.

3.2 Análise dos dados obtidos

Os dados obtidos com as gravações foram transcritos para o *Microsoft Word*. Na sequência se procedeu a análise de conteúdo de Bardin, iniciando-a, conforme propõe a autora, pela leitura flutuante das informações, seguida da identificação de unidades de registro, unidades de contexto e, por fim, a categorização das respostas obtidas (BARDIN, 2011).

Corroborando sobre a importância das pequenas propriedades rurais, as entrevistas destacaram a contribuição significativa destas para a produção de alimentos e para a economia local. O município de Quinze de Novembro possui cinco agroindústrias em funcionamento e o setor de inspetoria municipal destaca a busca pelo selo da inspeção estadual o que beneficiará os produtores a comercializar seus produtos por todo território estadual. Este processo está em andamento a dois anos e demonstra alguns processos percebidos pelos agricultores como burocráticos e que impactam no potencial de crescimento das agroindústrias para conseguirem comercializar seus produtos em todo estado. As agroindústrias já formalizadas atuando no município beneficiam leite, queijos, ovos e há duas agroindústrias de panificados.

Na entrevista com o escritório municipal da Emater, o município iniciou os incentivos a formalização de agroindústrias no ano de 2014 juntamente com o trabalho educativo e

informativo da Emater RS. Desde então, município e Emater prestam toda assistência necessária para que as famílias interessadas possam realizar os estudos de viabilidade, projeto e regularização das unidades. As cinco agroindústrias do município foram criadas com o suporte da Emater municipal que acompanhou os processos e encaminhou a parte documental necessária para cumprimento das legislações vigentes, e detalhou como ocorre a decisão e o processo inicial com as famílias interessadas.

“A gente geralmente leva a família interessada fazer visitas em outras agroindústrias no mesmo segmento quando é possível. Leva para cursos de capacitação dentro da área, até para se ter uma qualificação. E tem a questão das boas práticas de fabricação, né. Depois disso tudo, a gente começa que nem eu digo, a gente vai fazendo os esboços das agroindústrias para ver como fica melhor, até se chegar no projeto final para fazer a construção e toda a parte da legalização.” Entrevistada B

A Emater destaca que o processo de formalização das agroindústrias nas propriedades rurais é de grande importância pois permite que os agricultores transformem suas matérias-primas agrícolas em produtos com maior valor agregado. Isso é alcançado através do beneficiamento, embalagem, conservação e comercialização. Produtos processados geralmente têm preços mais altos no mercado do que produtos agrícolas não processados, o que aumenta a rentabilidade para os agricultores. Ao processar e conservar produtos agrícolas, a agroindustrialização pode ajudar a reduzir o desperdício de alimentos. Produtos agrícolas que não atendem aos padrões de qualidade para venda fresca no mercado podem ser processados em produtos com maior durabilidade, prolongando sua vida útil e reduzindo as perdas.

“Esse processo de agroindustrialização, na verdade, ele vem desde, acho que digamos, dos nossos antepassados, né? Dos nossos colonizadores que vieram para cá, que tinham que ter uma forma de armazenar os seus alimentos, né? Para ter posteriormente, para não ter só na safra. Então é uma forma de segurança alimentar das famílias. E isso, digamos, sempre se teve esse hábito de vender para o vizinho o excedente da produção, né? E, digamos assim, lá no ano 2000 mais ou menos se criou esse programa de agroindústria e então ele foi amadurecendo também e isso foi muito importante.” Entrevistada B

Foi possível constatar que as agroindústrias familiares são um modelo de desenvolvimento que valoriza a produção familiar, a diversidade e a sustentabilidade. Tem grande importância no aspecto social, pois faz parte do resgate histórico e da cultura da agricultura na produção de alimentos, além de reduzir o êxodo rural (PASSINI, 2020).

Neste município a bacia leiteira e área de produção de grãos são as maiores fontes de renda dos agricultores. Percebe-se que a diversificação das atividades agrícolas para incluir a

agroindustrialização pode ajudar os agricultores a mitigar os riscos associados à flutuação de preços de commodities agrícolas e dos desafios de se manter na atividade pecuária. Ao ter várias fontes de renda, os agricultores podem suavizar os impactos de condições climáticas adversas, variações sazonais e oscilações de mercado.

A agroindustrialização cria oportunidades para que os jovens permaneçam na propriedade gerindo e participando nas etapas de produção, processamento, embalagem, distribuição e comercialização dos produtos. Isso contribui para o desenvolvimento econômico das áreas rurais e das famílias e estimula a atividade econômica em comunidades agrícolas. A sucessão rural já é percebida nas agroindústrias formalizadas do município, onde segundo a Emater na maioria delas os filhos participam do processo, inclusive trazendo a ideia para que os pais formalizem sua agroindústria. Porém, o município também apresenta casos em que as famílias permanecem na atividade de produção e comercialização, mas desistem da formalização por não possuir estimativa de sucessão.

“A gente tem várias famílias que a gente trabalha a bastante tempo, e que eles não têm sucessão, então eles resolveram que eles vão continuar, até que eles podem, mas não vão investir. Alguns melhoraram a estrutura, né? Que a maioria antes produzia na sua cozinha, hoje já tem um espaço separado pelo menos para ter um pouco mais de segurança e outros tomar a decisão de fazer a legalização.” Entrevistada B

A decisão de diversificar as atividades representa em sua grande maioria a busca por agregar renda, competir e participar economicamente do desenvolvimento da região e, conseqüentemente do país. De acordo com dados apresentados pela Embrapa, as agroindústrias brasileiras representam 5,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, no beneficiamento, na transformação dos produtos e no processamento de matérias-primas provenientes da agropecuária, promovendo dessa forma maior integração do meio rural com a economia de mercado.

O Rio Grande do Sul foi o Estado com maior número de estabelecimentos das agroindústrias brasileiras, conforme dados do Censo Agropecuário (2017) e, em termos quantitativos de produção, o principal estado brasileiro no que tange às agroindústrias analisadas. Este dado comprova que a atuação conjunta de Estado e municípios promovem diversas oportunidades ao meio rural. A regularização das agroindústrias nas propriedades rurais apresenta diversos benefícios econômicos e sociais e, portanto, existem várias oportunidades de promover o desenvolvimento rural sustentável, conforme descrito a seguir:

Percebe-se com este estudo a importância do desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao fomento da agroindustrialização como fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais. Os programas desenvolvidos seguem incentivando a agregação de valor aos produtos agrícolas. Consequentemente promovem crescimento sustentável do setor agropecuário.

O município de Quinze de Novembro apresenta um projeto de lei com apoio financeiro para agroindústrias que se formalizarem, esse é um subsídio importante devido aos gastos iniciais que a família tem com a regularização documental e de estrutura para viabilizar a produção. Além disso, conforme apresentado no referencial o estado do Rio Grande do Sul possui programas voltados a agroindustrialização. As agroindústrias do município enfatizam a importância dos incentivos financeiros e políticas públicas no processo de regularização. Isso pode incluir evidências de como os incentivos financeiros facilitam o acesso das propriedades familiares aos recursos necessários para cumprir os requisitos de regularização, assim como o papel das políticas públicas na simplificação dos procedimentos burocráticos e na promoção da conformidade com as leis sanitárias.

Ao buscar a regularização de uma agroindústria os entrevistados destacam alguns facilitadores, como por exemplo, o impacto da regularização ao valor dos produtos. A falta de regularização afeta negativamente o valor agregado dos produtos das propriedades rurais, limitando sua capacidade de competir no mercado e reduzindo sua rentabilidade. Isso pode ser ilustrado por meio de dados sobre preços de mercado, demanda dos consumidores e restrições de acesso a canais de distribuição para produtos sem marca formalizada. O valor agregado ficou em evidência em uma fala dos entrevistados que demonstram as oportunidades de crescimento financeiro após passar pelo processo de criação e consolidação do negócio familiar.

“O que facilita o processo na minha visão é a questão de agregar valor ao produto, de ter retorno financeiro. Até entendo que, como o mundo é capitalista, nós precisamos entender que sem dinheiro isso não é retorno. Né? De fato, se não tem dinheiro, não há retorno, não há movimento, não há interesse, não há iniciativa. Então, o maior benefício nesse sentido é o retorno financeiro. As famílias, elas buscam isso e acabam encontrando, né, uma fonte de renda da renda extra, bem maior do que se fosse comercializada de outra forma.” Entrevistado A.

De acordo com a Emater mais famílias do município já fizeram estudo de viabilidade, mas acabam desistindo de iniciar o processo devido as burocracias e gastos necessários para estruturar todo empreendimento. Nesse contexto entende-se que apesar de existirem políticas públicas de apoio, existem oportunidades de melhorias, e segundo os produtores do município

que já passaram pelo processo e possuem as agroindústrias, o principal entrave é a burocracia, exigências sanitárias equiparadas as grandes fabricantes, e demora para os retornos documentais, como por exemplo, o processo que o município está passando para obtenção do selo SUSAF, necessário para permitir venda externa ao município. Essa dificuldade em iniciar o processo fica evidente na fala do entrevistado A.

“Primeiro, vejo que o processo iniciou de uma maneira muito lenta sobre o aspecto legal, a regularização das agroindústrias e obviamente das indústrias, porque se existiu muito mais o fomento à iniciativa do que o fomento à regularização, ou seja, quando chega na parte burocrática há um distanciamento do interesse do produtor em fazer a industrialização, né, do alimento, dentro das regras sanitárias exigidas e cabíveis.” Entrevistado A

No contexto brasileiro, o fortalecimento da agricultura familiar é promovido através do incentivo à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda. As Agroindústrias Familiares são exemplos concretos desse modelo de incentivo, que busca agregar valor e oportunidades de trabalho no meio rural.

Os dados obtidos demonstram que a agroindustrialização pode ser uma ferramenta para promover a sustentabilidade agrícola, incentivando práticas agrícolas mais sustentáveis, como o cultivo orgânico, a produção integrada, o manejo agroecológico e o uso eficiente de recursos naturais. Isso pode contribuir para a conservação do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Ao analisar o processo de agroindustrialização deste município, é possível compreender melhor o papel fundamental das pequenas propriedades rurais no contexto do desenvolvimento rural, destacando a importância das agroindústrias familiares como um componente essencial desse processo. Com os dados obtidos nesse estudo foi desenvolvido uma análise SWOT, apresentada no gráfico a seguir (Figura 2), com visão ao cenário de agroindustrialização do município em estudo. Esta análise é uma ferramenta estratégica que permite identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do contexto percebidos na análise de conteúdo deste trabalho, em um único quadro, facilitando a visualização e possibilitando a formulação de estratégias.

A Figura 2 apresenta uma análise SWOT da situação do município de Quinze de Novembro (RS).

Figura 2 – Análise SWOT



Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

A análise SWOT em estudo destaca a importância da regularização das agroindústrias enfatizando os benefícios econômicos e sanitários desse processo. Aponta como a falta de regularização pode limitar o valor agregado dos produtos, afetando a rentabilidade e o desenvolvimento econômico das propriedades rurais. Destaca também a necessidade de incentivos financeiros e políticas públicas para superar as barreiras burocráticas e garantir a conformidade com as leis sanitárias. Conclui ressaltando os benefícios econômicos e sociais da regularização, incluindo a sucessão rural e a melhoria da qualidade dos produtos para consumo pela comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agroindústrias familiares representam um modelo de desenvolvimento que valoriza a produção familiar, a diversidade e a sustentabilidade. Além de seu impacto econômico, elas têm importância social ao resgatar a história e a cultura da agricultura, contribuindo para reduzir o êxodo rural. Ao valorizar os processos tradicionais das famílias agrícolas e agregar valor aos produtos, não apenas impulsiona-se o desenvolvimento econômico e social regional, mas também aproxima consumidores e agricultores, criando uma conexão baseada na qualidade, na natureza e nas memórias afetivas.

Ao analisar os resultados com base nessas considerações, será possível fornecer *insights* valiosos sobre o processo de desenvolvimento rural em pequenas propriedades familiares,

destacando a importância da regularização das agroindústrias como um componente fundamental desse processo. A agroindustrialização oferece oportunidades significativas para o desenvolvimento rural, promovendo a diversificação da renda, a agregação de valor aos produtos agrícolas e o fortalecimento da economia local.

Pequenas propriedades familiares têm a oportunidade de agregar renda e valor à sua produção através da industrialização e, apesar dos entraves burocráticos, desenvolvem a capacidade de empreender e de promover o desenvolvimento econômico de sua região. Nesta mesma perspectiva de agregar renda ao diversificar as atividades da propriedade, as famílias promovem mais qualidade de vida, o que pode ocasionar a permanência de mais jovens no meio rural com a intenção de dar continuidade aos negócios.

A formalização das agroindústrias rurais enfrenta diversos entraves, destacando-se a dificuldade financeira e o desconhecimento dos requisitos necessários para empreender. Esses desafios evidenciam a importância crucial de políticas públicas que ofereçam suporte técnico, acesso ao crédito e capacitação, incentivando a diversificação produtiva no campo. É fundamental que as famílias rurais desenvolvam habilidades empreendedoras para gerir suas propriedades, uma vez que a representatividade do agronegócio no Brasil requer um meio rural cada vez mais capacitado e desenvolvido.

Essa pesquisa também destaca a importância das políticas públicas de incentivo e apoio para permanência das famílias no meio rural. Em suma, políticas públicas direcionadas às pequenas propriedades rurais são fundamentais para promover o desenvolvimento socioeconômico, a inclusão produtiva e a sustentabilidade ambiental, contribuindo assim para a construção de um setor agrícola mais justo, produtivo e resiliente no Brasil.

Por fim, os resultados podem ressaltar os benefícios econômicos e sociais mais amplos associados à regularização de agroindústrias do município de Quinze de Novembro, através do acompanhamento feito com as agroindústrias, todas que iniciaram no projeto desde 2014 permanecem atuando e com potencial de crescimento, além da oportunidade de promover a sucessão rural, pois as agroindústrias possuem os filhos envolvidos no processo de produção e venda de produtos.

REFERÊNCIAS

- ABC. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Ministério de Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDA.aspx>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da Unipar**, [S.L], v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021.
- BRAGA, M. J; SILVEIRA, C. A. **Diversificação do trabalho rural: conceitos e aplicações empíricas**. Florianópolis: Geosul, 2021.
- TOMEI, P. A; LIMA, D. A. **O empreendedor rural e a inovação**. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, 2015.
- CONAB. **Indicadores Agropecuários**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/precos/revista-indicadores-da-agropecuaria>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- CONAB. **Boletim da agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Scientific Linguagem, 2016.
- EMBRAPA. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>. Acesso em 25 abr. 2024.
- FAO. FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Small family farmers produce a third of the world's food**. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/news/story/en/item/1395127/icode/>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-md-pronaf>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Cuiabá, v. 21, n. 3, p. 1-20, 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

MAPA. MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agroindústria Familiar**. Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agroindustria-familiar. Acesso em: 09 nov. 2022.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliqué aux corpus textuelles: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. **Actes des journées internationales d'analyse statistique des Données Textuelles**, v. 11, Belgique, p. 687-699, 2012.

MEDEIROS, C.A.B. **Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa**. Pelotas: Embrapa, 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agricultura familiar desempenha papel central na conquista de objetivos globais**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84055-artigo-agricultura-familiar-desempenha-papel-central-na-conquista-de-objetivos-globais>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001. doi.org/10.1590/s0103-40142001000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

PASSINI, J. J. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

PLOEG, J. D. Van Der et al. **Rural development: The state of the art**. Netherlands: Elsevier, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROTA DAS TERRAS ENCANTADAS. **Quinze de Novembro**. Disponível em: <https://www.rotadasterrasencantadas.com.br>. Acesso em 20 nov. 2022.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. **Revista Ruris**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010. Disponível em: <https://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SILVA, L. A. G. C. **Agroindustrialização na agricultura familiar**. Brasília: Ministério da Agricultura. 2012.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, [S.L], v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.